

CENTRO & PORTUGAL

Boletim trimestral **39**

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2018*



ccdrc

comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é definida na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



39

Boletim trimestral

Informação reportada ao segundo trimestre de 2018

FICHA TÉCNICA

Editor

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Setembro de 2018

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdrc.pt

Alguns dados de informação conjuntural encontram-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



DATA CENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
de PORTUGAL

No segundo trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de 2,3%, resultado do contributo positivo da procura interna e do contributo negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional diminuiu para os 6,7%, sendo este o valor mais baixo dos últimos anos. Já o nível de preços cresceu 1,0%. A confiança dos empresários, bem como a dos consumidores aumentaram face ao trimestre homólogo.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, continuou a assistir-se a uma redução significativa do desemprego e a um aumento do emprego. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram ligeiramente, em termos homólogos, por contraste com a população inativa que continuou a diminuir. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem e os custos com o trabalho superaram os do trimestre homólogo.

No setor empresarial da Região Centro, assistiu-se a um aumento das empresas constituídas e das ações de insolvência, face ao mesmo período do ano anterior. Já o peso do crédito vencido no total do crédito concedido continuou a diminuir, atingindo-se, pelo segundo trimestre consecutivo, o valor mais baixo dos últimos cinco anos. Também os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro se mantiveram em queda. O setor da construção apresentou uma evolução muito positiva, evidenciada pelos significativos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais de obras licenciadas e concluídas. Destaca-se também a evolução favorável do crédito à habitação vencido.

A atividade turística na Região Centro evidenciou uma retração por comparação com igual período do ano anterior, sentida nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros. Nas relações comerciais da região com o mercado externo, continuou a observar-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, tendo, no entanto, o crescimento das entradas sido mais expressivo. Relativamente ao consumo privado regional, quase todos os indicadores apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas. A taxa de inflação homóloga regional aumentou 0,9% face ao trimestre homólogo.

No PORTUGAL 2020, a 30 de junho de 2018, estavam aprovados 4,5 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 6,9 mil milhões de euros de investimento (elegível) na Região Centro. O COMPETE 2020 era responsável por 30,9% deste volume de apoios.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

No segundo trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de 2,3%, resultado do contributo positivo da procura interna e do contributo negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional diminuiu para os 6,7%, sendo este o valor mais baixo dos últimos anos. Já o nível de preços cresceu 1,0%. A confiança dos empresários, bem como a dos consumidores aumentaram face ao trimestre homólogo.

2,3%

foi o crescimento homólogo real do Produto Interno Bruto e

6,7%

a taxa de desemprego nacional

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016
PIB*	v. h. (%)	2,3	2,1	2,4	2,4	3,0	2,7	1,6
Procura interna	v. h. (%)	2,9	2,6	2,4	3,4	2,4	2,8	1,6
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,6	2,1	2,0	2,6	2,0	2,3	2,1
Formação bruta de capital	v. h. (%)	6,4	7,1	6,4	10,3	10,1	8,5	0,8
Taxa de investimento	%	18,4	17,6	17,4	17,6	17,7	17,4	16,4
Exportações	v. h. (%)	6,8	4,7	7,3	6,2	8,1	7,9	4,4
Importações	v. h. (%)	7,9	5,6	7,1	8,4	7,3	7,9	4,2
VAB	v. h. (%)	1,9	1,4	1,8	2,1	2,3	2,2	1,2
Taxa de desemprego	%	6,7	7,9	8,1	8,5	8,8	8,9	11,1
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	1,0	0,8	1,5	1,1	1,4	1,4	0,6
Indicador de confiança dos consumidores	%	2,8	2,0	2,3	1,5	1,7	0,5	-11,1
Indicador de clima económico	%	2,3	2,0	2,0	2,2	2,0	1,9	1,1
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,192	1,229	1,178	1,174	1,100	1,129	1,107
	v. h. (%)	8,3	15,5	9,2	5,2	-2,6	2,0	-0,3

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no segundo trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 2,3% face ao trimestre homólogo¹, tendo acelerado ligeiramente relativamente ao trimestre anterior.

A procura interna contribuiu positivamente para esta evolução, tendo aumentado 2,9% na comparação homóloga e sendo resultado da aceleração do consumo das famílias e do crescimento menos acentuado do investimento.

A procura externa líquida registou um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB, neste trimestre, refletindo uma aceleração das importações de bens e serviços mais acentuada do que a observada nas exportações. As exportações registaram uma variação homóloga real de 6,8% (face aos 4,7% do trimestre anterior), resultado das variações positivas ocorridas em ambas as componentes de bens e de serviços. As importações em

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste. Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

volume aumentaram 7,9% em termos homólogos (contra 5,6% no trimestre precedente), refletindo o crescimento das importações de bens e também das importações de serviços (que, no trimestre anterior, tinham diminuído).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 1,9% em termos homólogos reais, traduzindo uma aceleração face ao trimestre anterior. Destacavam-se os aumentos homólogos reais nos ramos do “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (3,9%) e dos “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (2,7%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional continuou a diminuir, tendo atingido os 6,7% neste trimestre (menos 2,1 pontos percentuais do que no trimestre homólogo), correspondendo ao valor mais baixo desde o final de 2009. No segundo trimestre de 2018, estimavam-se 351,8 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo uma diminuição trimestral e homóloga do desemprego de 58,3 e 109,6 mil indivíduos, respetivamente.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar, da situação económica do País, do desemprego no País e sobre as perspetivas de poupança.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, aumentou 1,0% na comparação homóloga, tendo acelerado face ao trimestre anterior. Das 12 classes de consumo, apenas três registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado” (-3,2%), “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,5%) e “lazer, recreação e cultura” (-0,4%). Nas restantes classes ocorreram aumentos homólogos destacando-se, com os maiores crescimentos, a classe dos “transportes” (2,9%), “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,5%) e dos “restaurantes e hotéis” (2,3%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores continuaram positivas, tendo aumentado face ao trimestre homólogo e face ao trimestre precedente. O facto deste indicador assumir valores positivos significa que existem mais respostas otimistas do que pessimistas às questões sobre a perspetiva das famílias relativamente à evolução da situação económica do país e financeira do lar. Segundo o indicador de clima económico³ do INE, a confiança dos empresários também aumentou face ao trimestre homólogo e face ao trimestre anterior.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou 8,3% face ao trimestre homólogo, tendo desacelerado face ao trimestre anterior. Esta valorização traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

MERCADO DE TRABALHO

No segundo trimestre de 2018, continuou a assistir-se a uma redução significativa do desemprego e a um aumento do emprego na Região Centro. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram ligeiramente, em termos homólogos, por contraste com a população inativa que continuou a diminuir. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem e os custos com o trabalho superaram os do trimestre homólogo.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2018, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶ na Região Centro foi de 58,9%, tendo aumentado ligeiramente face ao período homólogo, mas mantendo-se face aos trimestres anteriores. Esta taxa regional situou-se marginalmente abaixo da média nacional, que foi de 59,0% e, como habitual, a dos homens foi bastante superior à das mulheres (65,0% contra 53,6%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.149,2 mil indivíduos, registando uma variação homóloga quase nula. Já os inativos⁸ totalizavam 1.073,9 mil indivíduos, menos 1,3% do que no trimestre homólogo. Esta evolução deveu-se essencialmente ao decréscimo dos domésticos (-11,3%), sendo contrariada pelos reformados e pelos estudantes com 15 e mais anos.

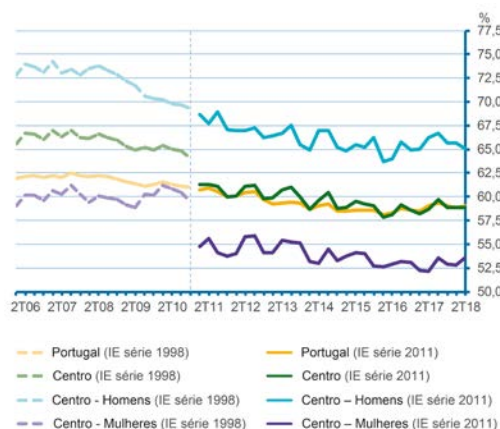
5,3%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre e

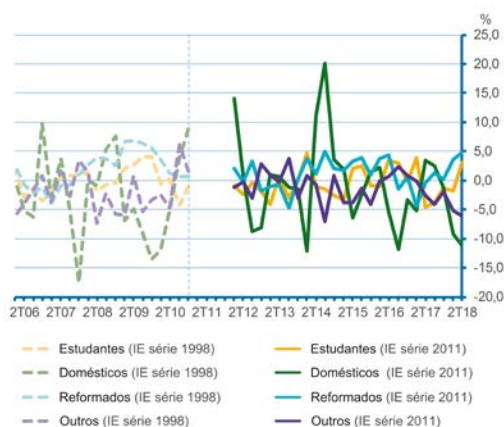
55,8%

foi a taxa de emprego regional

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)⁹



⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016	
		média trimestral							
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	59,0	58,9	59,0	59,3	59,0	59,0	58,5	
Centro	%	58,9	58,9	58,9	59,7	58,7	58,9	58,4	
	v. h. (p.p.)	0,2	0,7	0,3	0,6	0,6	0,5	-0,7	
População ativa – Centro	milhares	1.149,2	1.149,0	1.151,5	1.168,8	1.149,5	1.152,7	1.147,0	
	v. h. (%)	0,0	0,7	0,1	0,7	0,8	0,5	-1,2	
População inativa – Centro	milhares	1.073,9	1.077,4	1.081,8	1.066,8	1.088,1	1.084,0	1.100,1	
	v. h. (%)	-1,3	-2,0	-1,0	-1,7	-1,7	-1,5	0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	187,2	181,3	168,8	162,7	181,6	174,5	177,1	
	v. h. (%)	3,1	-1,8	-1,3	-3,8	-4,6	-1,5	1,3	
Domésticos	milhares	87,5	89,3	99,3	96,8	98,6	98,2	98,5	
	v. h. (%)	-11,3	-9,2	-1,2	2,4	3,4	-0,3	-4,7	
Reformados	milhares	393,4	384,1	376,5	378,8	375,6	375,4	378,7	
	v. h. (%)	4,7	3,6	0,2	1,2	-0,5	-0,9	1,8	
Outros	milhares	405,9	422,6	437,3	428,5	432,4	436	445,8	
	v. h. (%)	-6,1	-5,2	-1,9	-4,2	-2,6	-2,2	0,9	

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no segundo trimestre de 2018, foi de 55,8%, traduzindo um crescimento de 1,2 p.p. face a igual período do ano anterior e de 0,6 p.p. face ao primeiro trimestre de 2018. Esta taxa regional manteve-se superior à média nacional.

¹⁰ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

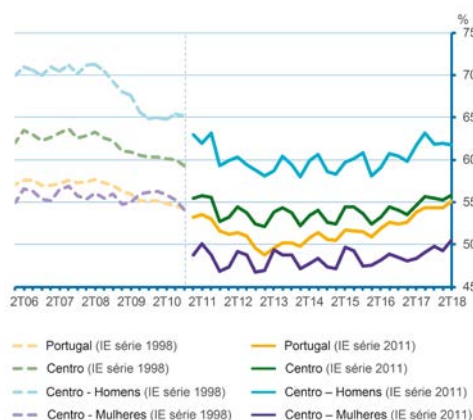
¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.088,7 mil indivíduos, o que representou um aumento de 1,8% face ao mesmo período do ano anterior. Destacam-se, pelo seu contributo positivo mais significativo para a variação da população empregada, o aumento dos empregados com 45 ou mais anos em 4,8%, do emprego no setor terciário, que registou um acréscimo de 4,6% e do emprego feminino que cresceu 4,4%. Em sentido contrário, as contrações homólogas mais expressivas ocorreram nos empregados dos 15 aos 24 anos (-5,0%) e no emprego do setor primário (-3,1%).

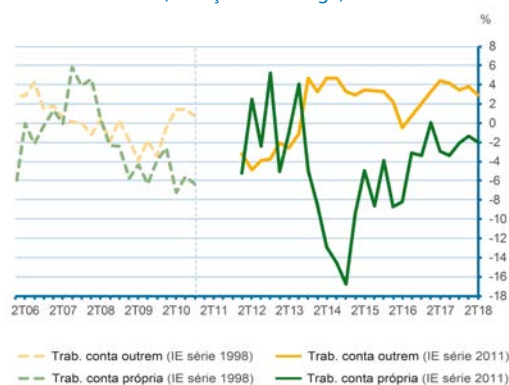
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 2,9% em termos homólogos. Este crescimento foi mais expressivo nos trabalhadores que possuem o ensino superior como habilitação, nos que desempenham as suas funções a tempo completo e nos contratados sem termo.

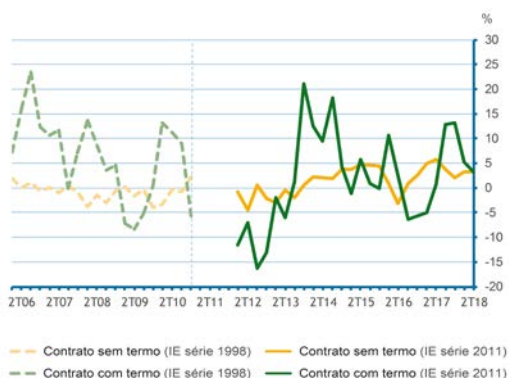
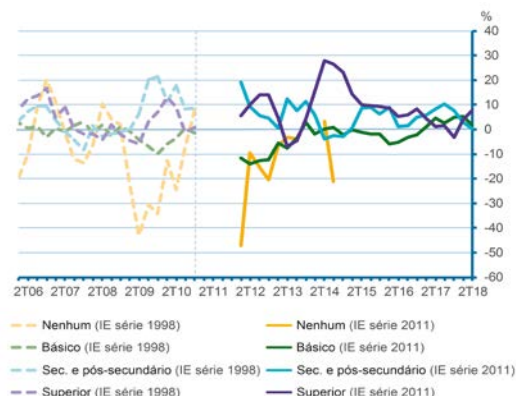
Já os trabalhadores por conta própria, apesar de evidenciarem um aumento face ao trimestre anterior, continuaram a diminuir face ao período homólogo, registando, neste trimestre, uma contração de 2,0%. Esta evolução homóloga resultou da variação negativa ocorrida nos trabalhadores isolados (2,7%), sendo contrariada pelo crescimento de 0,6% observado nos empregadores.

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹²

Quadro 3 – Emprego		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	55,1	54,3	54,3	54,3	53,8	53,7	52,0
Centro	%	55,8	55,2	55,4	55,6	54,6	54,8	53,5
	v. h. (p.p.)	1,2	1,7	1,4	1,2	1,4	1,3	-0,2
População empregada – Centro	milhares	1.088,7	1.077,1	1.084,0	1.089,4	1.069,4	1.073,0	1.051,0
	v. h. (%)	1,8	2,7	2,2	2,0	2,3	2,1	-0,3
Homens	v. h. (%)	-0,5	3,0	2,3	3,9	4,3	3,3	-0,1
Mulheres	v. h. (%)	4,4	2,3	2,2	-0,1	0,1	0,7	-0,5
15 - 24 anos	v. h. (%)	-5,0	7,9	22,0	12,1	4,8	9,5	1,9
25 - 44 anos	v. h. (%)	-0,8	-0,3	-1,4	-1,8	0,3	-1,0	0,5
45 anos ou mais	v. h. (%)	4,8	4,8	3,5	4,3	3,8	4,2	-1,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-3,1	-12,4	-14,0	-5,4	1,5	-4,2	-10,3
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-1,8	5,6	2,4	6,9	7,0	4,8	1,5
Serviços	v. h. (%)	4,6	4,1	5,3	1,1	0,3	2,1	1,0
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	858,7	853,9	858,2	854,5	834,1	842,4	811,4
	v. h. (%)	2,9	3,8	3,5	4,1	4,4	3,8	1,1
Contratos sem termo	v. h. (%)	3,3	3,2	2,1	3,7	5,7	4,1	0,3
Contratos com termo	v. h. (%)	3,2	5,3	13,2	12,9	0,7	5,2	0,1
Tempo completo	v. h. (%)	3,6	4,0	4,0	5,8	4,4	4,2	1,0
Tempo parcial	v. h. (%)	-5,9	0,3	-3,3	-16,1	4,4	-0,5	3,0
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	§	-5,0	23,1
Básico	v. h. (%)	1,4	5,2	4,8	2,5	4,7	3,3	-4,1
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	0,2	2,8	7,6	10,4	8,3	8,0	4,1
Superior	v. h. (%)	7,9	3,7	-3,3	1,6	1,2	0,8	6,9
Trabalhadores por conta própria	milhares	225,9	218,9	220,8	229,8	230,4	225,7	230,7
	v. h. (%)	-2,0	-1,4	-2,1	-3,4	-2,9	-2,2	-5,9
Isolados	v. h. (%)	-2,7	-1,4	-5,9	-0,6	-4,1	-3,2	-7,7
Empregadores	v. h. (%)	0,6	-1,3	10,0	-11,3	1,1	1,5	0,5

§: Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

A taxa de desemprego¹³ regional foi de 5,3%, no segundo trimestre de 2018, traduzindo uma diminuição de 1,7 p.p. face ao trimestre homólogo e de 1,0 p.p. face ao trimestre anterior. Este valor manteve-se inferior à média nacional, que foi de 6,7%, sendo ainda o mais baixo das sete regiões portuguesas, a par do Algarve (que registou a mesma taxa de desemprego do Centro). O escalão etário dos 15 aos 24 anos continua a ser dos mais afetados pelo desemprego tendo registado, neste trimestre, uma taxa de 20,4%. A taxa de desemprego das mulheres manteve-se superior à dos homens (5,6% contra 5,0%).

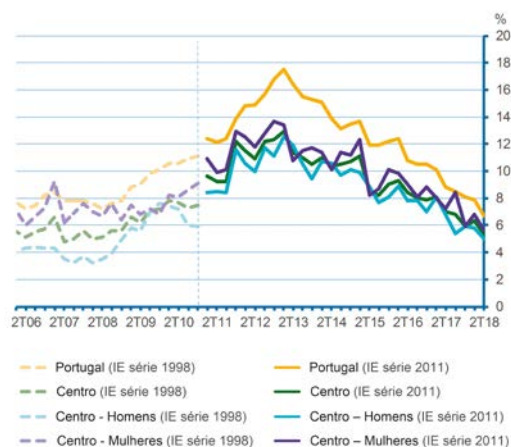
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 60,4 mil indivíduos, menos 24,6% face a igual período do ano anterior. Todas as categorias de desempregados analisadas

¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

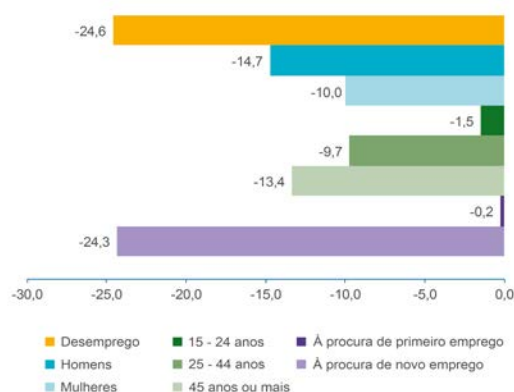
¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

registaram quebras homólogas neste trimestre, destacando-se com as diminuições homólogas mais expressivas os desempregados com 45 ou mais anos (-37,4%), os desempregados há menos de 12 meses (-30,2%), os homens desempregados (-28,6%) e os desempregados à procura de novo emprego (-27,0%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no segundo trimestre de 2018 (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	6,7	7,9	8,1	8,5	8,8	8,9	11,1	
Centro	%	5,3	6,3	5,9	6,8	7,0	6,9	8,4	
	v. h. (p.p.)	-1,7	-1,8	-2,0	-1,2	-1,4	-1,5	-0,8	
Homens	%	5,0	5,8	5,9	5,4	6,8	6,5	7,8	
Mulheres	%	5,6	6,8	5,9	8,4	7,2	7,4	8,9	
15 - 24 anos	%	20,4	16,7	15,2	21,1	20,9	20,8	26,8	
25 - 44 anos	%	5,9	7,4	6,0	6,3	7,3	6,9	8,2	
45 anos ou mais	%	3,1	4,0	4,4	5,2	5,0	5,1	6,1	
População desempregada – Centro	milhares	60,4	71,9	67,5	79,4	80,1	79,8	96,0	
	v. h. (%)	-24,6	-21,8	-25,4	-14,1	-16,1	-16,9	-10,3	
Homens	v. h. (%)	-28,6	-28,4	-15,1	-30,3	-9,8	-15,5	-10,2	
Mulheres	v. h. (%)	-20,5	-14,6	-34,2	2,6	-21,8	-18,4	-10,3	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-8,3	-39,7	-40,2	-20,8	-16,8	-21,4	-7,4	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-21,0	-8,1	-27,6	-17,3	-13,1	-17,5	-12,4	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-37,4	-28,3	-11,6	-5,6	-19,4	-13,2	-9,5	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-2,5	-1,3	-25,0	-23,4	-32,5	-30,6	-26,2	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-27,0	-23,7	-25,5	-12,4	-13,8	-14,8	-7,3	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-30,2	-30,6	-9,3	13,9	7,6	2,6	-7,5	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-18,7	-14,0	-36,8	-31,0	-31,9	-29,9	-12,1	

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 835 euros, representando um crescimento homólogo real de 2,8% e dando continuidade à evolução positiva observada desde o quarto trimestre de 2014, que apenas foi interrompida nos dois primeiros trimestres de 2017. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu uma variação homóloga real de 3,2%, cifrando-se nos 887 euros.

O índice de custo do trabalho¹⁴ aumentou, em termos homólogos reais, no país (2,2%) e na região (2,3%). Esta variação regional influiu a evolução favorável verificada nos dois trimestres anteriores e é justificada pelo acréscimo homólogo verificado nos custos salariais suportados pela entidade empregadora e nos outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

¹⁴O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	887	876	865	861	851	856	839
	v. h. real (%)	3,2	2,8	0,8	1,3	0,1	0,6	0,7
Centro	€	835	820	811	813	804	805	799
	v. h. real (%)	2,8	2,9	0,2	0,7	-1,3	-0,6	2,5
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	2,2	-3,1	-1,0	-0,6	0,0	0,2	-0,8
	v. h. real (%)	2,3	-0,7	-0,5	0,6	3,5	1,6	0,1

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTRADO

No segundo trimestre de 2018, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir significativamente face ao trimestre homólogo, atingindo-se um novo mínimo histórico. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de quebra, observada há doze trimestres consecutivos. As colocações realizadas pelo IEFP voltaram a diminuir face a igual período do ano anterior.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro 61,1 mil desempregados, atingindo-se, pelo terceiro trimestre consecutivo, um mínimo histórico. Esta evolução regional traduziu-se numa diminuição homóloga de 18,8%, a segunda maior quebra registada na última década.

Para tal contribuiu a contração homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-3,1%), que mantiveram a tendência de quebra, observada há doze trimestres consecutivos. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 263 novos desempregados (menos oito do que em igual período do ano anterior).

As colocações efetuadas pelo IEFP também registaram, neste trimestre, uma redução homóloga de 6,0%, infletindo o comportamento positivo verificado nos dois trimestres anteriores. Em termos médios, ocorreram cerca de 88 colocações por dia, aproximadamente menos seis colocações diárias do que em igual trimestre do ano anterior.

-18,8%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo e

88

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	61,1	68,5	69,0	73,0	75,3	75,1	91,1
	v. h. (%)	-18,8	-17,7	-16,1	-15,2	-20,3	-17,6	-7,6
Novos desempregados**	milhares	23,7	27,1	28,7	30,3	24,4	28,7	32,4
	v. h. (%)	-3,1	-13,2	-10,1	-11,8	-19,3	-11,6	-8,6
Colocações do IEFP**	milhares	7,9	8,2	6,4	8,6	8,4	7,9	9,0
	v. h. (%)	-6,0	1,3	1,2	-5,5	-20,2	-12,9	-11,9

* valores médios trimestrais

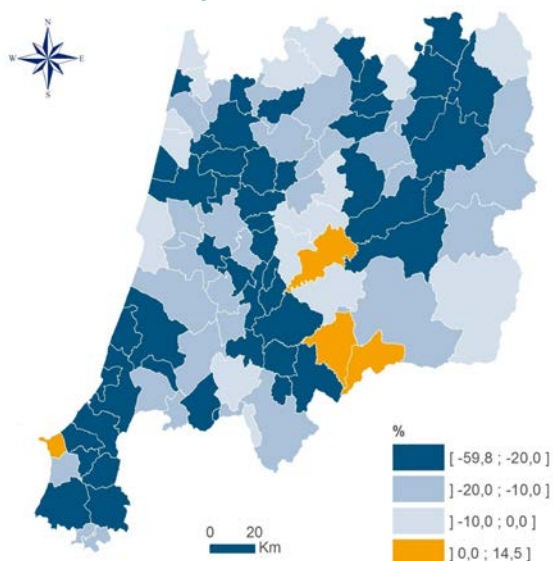
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em apenas quatro ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, mais concretamente, os municípios de: Pampilhosa da Serra (14,5%), Proença-a-Nova (5,1%), Vila Velha de Ródão (2,9%) e Peniche (0,4%). Nos restantes 96 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas significativas reduções homólogas, Vila de Rei (-59,8%), Figueiró dos Vinhos (-36,5%), Entroncamento (-35,4%), Sertã (-33,6%), Sever do Vouga (-32,0%) e Bombarral (-31,1%).

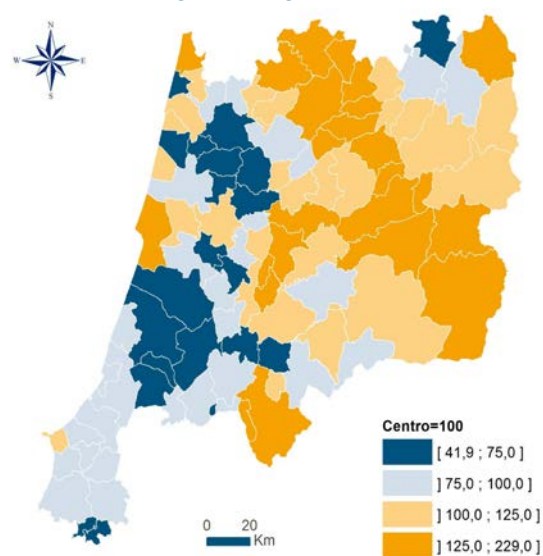
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2017.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, exatamente metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Vila de Rei (41,9), Batalha (53,9) e Ourém (56,4). Na outra metade com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Castro Daire (196,1) e Idanha-a-Nova (229,0).

Varição homóloga do desemprego registado por município no segundo trimestre de 2018



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2018¹⁵



EMPRESAS

16,7%

foi a variação homóloga das ações de insolvência na região e

11,0%

o peso do crédito vencido das empresas da região

¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

No segundo trimestre de 2018, assistiu-se na Região Centro e em Portugal a um aumento das empresas constituídas e das ações de insolvência, face ao mesmo período do ano anterior. Já o peso do crédito vencido no total do crédito concedido continuou a diminuir, atingindo-se, pelo segundo trimestre consecutivo, o valor mais baixo dos últimos cinco anos. Também os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro mantiveram-se em queda.

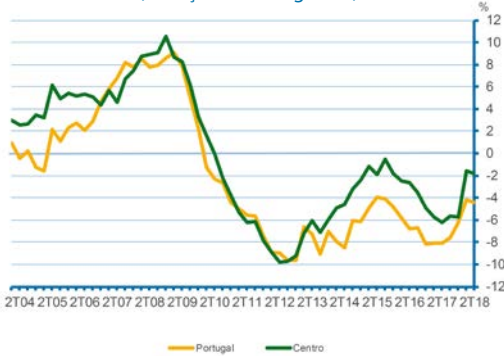
Neste trimestre, foram constituídas 1.651 empresas na Região Centro, o que correspondeu a um aumento de 7,1% face a igual período do ano anterior. Ainda assim, esta evolução regional ficou aquém do crescimento homólogo do número de constituições do total do país (15,6%). Em termos médios, foram criadas, aproximadamente, 18 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 125 novas empresas criadas diariamente no país.

Na região registaram-se 350 ações de insolvência¹⁶ neste trimestre, o que se traduziu num aumento homólogo de 16,7%, superior à evolução nacional (10,0%) e que influiu oito trimestres consecutivos de quebras homólogas. Em Portugal ocorreram 21 ações de insolvência, em média, por dia, das quais quatro foram de empresas com sede na Região Centro.

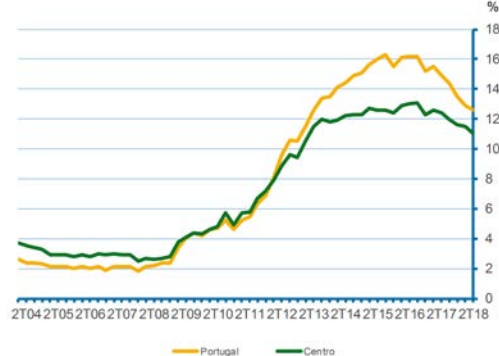
Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de quebra observada nos últimos oito anos. Ainda assim, a evolução homóloga real na região foi de -1,8%, enquanto a média nacional se situou nos -4,5%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo e ao anterior, mantendo-se como o mais baixo dos últimos cinco anos. Deste modo, no segundo trimestre de 2018, este indicador fixou-se nos 11,0% na região, ficando abaixo da média do país (12,6%) e mais distante do máximo histórico atingido no terceiro trimestre de 2016 (de 13,2%).

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	11.219	13.373	9.803	9.055	9.709	10.126	9.206
	v. h. (%)	15,6	12,0	14,9	13,4	3,8	10,0	-1,8
Centro	número	1.651	1.995	1.329	1.437	1.541	1.539	1.487
	v. h. (%)	7,1	7,8	4,3	11,6	5,0	3,5	-9,3
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	72.179	73.204	72.556	74.006	74.806	74.305	79.278
	v. h. real (%)	-4,5	-4,2	-6,2	-7,6	-8,1	-7,5	-6,9
Centro	milhões €	13.862	13.948	13.435	13.846	13.981	13.833	14.493
	v. h. real (%)	-1,8	-1,6	-5,7	-5,7	-6,2	-5,8	-3,4
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	12,6	12,9	13,5	14,4	14,9	14,6	15,9
Centro	%	11,0	11,5	11,6	12,0	12,4	12,2	12,8
Ações de insolvência								
Portugal	número	1.922	1.728	1.696	1.058	1.748	1.660	1.945
	v. h. (%)	10,0	-19,1	-8,8	-28,9	-21,1	-14,7	0,1
Centro	número	350	320	307	192	300	291	382
	v. h. (%)	16,7	-12,1	-16,8	-35,6	-26,8	-23,8	-2,2

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

7,3%

foi o crescimento
homólogo real das saídas
de bens da região e

8,4%

foi o crescimento homólogo
real das entradas de bens na
região

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

No segundo trimestre de 2018, na Região Centro, continuou a observar-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, tendo, no entanto, o crescimento das entradas sido mais significativo. O mercado comunitário registou o mais significativo aumento das saídas e o mercado extracomunitário o mais expressivo acréscimo das entradas.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁷ de 7,3% que, embora abaixo da média nacional de 8,8%, intensificou o comportamento positivo observado no trimestre anterior. Esta evolução foi explicada pelo aumento homólogo das saídas para ambos os mercados, tendo, no entanto, o crescimento das saídas para os países intracomunitários sido mais expressivo (9,0% contra 0,5% para os países extracomunitários).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016	
		média trimestral							
Saídas de bens									
Portugal	milhões €	15.185,2	14.331,9	14.134,5	13.267,9	13.722,4	13.757,3	12.509,7	
	v. h. real (%)	8,8	1,6	5,1	3,7	3,0	6,0	4,4	
Intracomunitárias	milhões €	11.527,1	11.060,4	10.441,9	9.730,1	10.217,0	10.189,2	9.397,4	
	v. h. real (%)	10,9	5,1	7,7	1,5	0,6	4,5	7,9	
Extracomunitárias	milhões €	3.658,1	3.271,5	3.692,6	3.537,8	3.505,3	3.568,1	3.112,3	
	v. h. real (%)	2,6	-8,8	-1,6	10,0	10,9	10,5	-4,9	
Centro	milhões €	2.964,1	2.773,5	2.693,7	2.519,9	2.716,7	2.658,2	2.772,8	
	v. h. real (%)	7,3	1,1	-7,6	-8,6	-8,4	-7,6	4,7	
Intracomunitárias	milhões €	2.400,1	2.245,1	2.124,6	1.984,1	2.164,9	2.107,4	2.160,3	
	v. h. real (%)	9,0	2,6	-3,2	-6,9	-8,2	-6,0	7,1	
Extracomunitárias	milhões €	564,0	528,5	569,1	535,8	551,8	550,8	612,5	
	v. h. real (%)	0,5	-4,7	-20,9	-14,4	-8,9	-13,3	-3,1	
Entradas de bens									
Portugal	milhões €	19.296,5	17.854,9	18.075,7	17.013,3	17.645,0	17.372,3	15.356,0	
	v. h. real (%)	6,7	5,5	7,6	8,3	8,4	8,4	5,8	
Intracomunitárias	milhões €	14.500,9	13.741,1	14.007,9	12.936,6	13.339,2	13.277,6	11.954,0	
	v. h. real (%)	6,1	6,0	6,9	7,0	4,8	6,4	7,6	
Extracomunitárias	milhões €	4.795,7	4.113,8	4.067,8	4.076,6	4.305,8	4.094,7	3.402,0	
	v. h. real (%)	8,7	3,6	10,3	12,6	21,4	15,3	-0,1	
Centro	milhões €	2.653,2	2.399,7	2.348,0	2.217,7	2.389,5	2.304,4	2.042,8	
	v. h. real (%)	8,4	5,0	8,3	8,0	7,4	8,1	9,3	
Intracomunitárias	milhões €	2.125,9	1.986,4	1.956,8	1.806,3	1.984,4	1.900,5	1.698,9	
	v. h. real (%)	4,6	6,0	6,2	6,1	6,8	7,2	9,1	
Extracomunitárias	milhões €	527,3	413,2	391,2	411,4	405,1	403,9	343,8	
	v. h. real (%)	27,1	0,3	20,2	17,3	10,7	12,6	10,3	

* Os valores de 2016 são definitivos, os de 2017 provisórios e os de 2018 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificou-se que as secções XVI “máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”, XV “metais

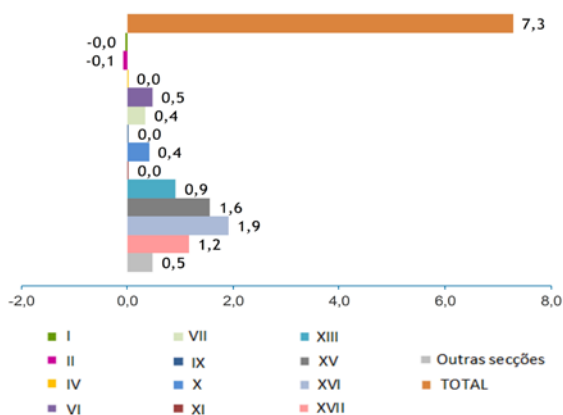
comuns e suas obras” e XVII “material de transporte” foram as que contribuíram em 4,7 p.p. para a variação homóloga regional positiva de 7,3%. Apenas duas das secções analisadas contrariaram a evolução positiva registada na região, tendo a mais significativa ocorrido na secção II “produtos do reino vegetal” (-0,1%).

Analisando as saídas de bens da região considerando os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constatou-se que os países que mais justificaram a variação homóloga regional de 7,3% foram, no mercado intracomunitário, a Espanha, a Alemanha e a França (que no conjunto contribuíram em 5,2 p.p. para a variação total). A contrariar esta evolução apenas Angola do mercado extracomunitário contribuiu negativamente em 0,4%.

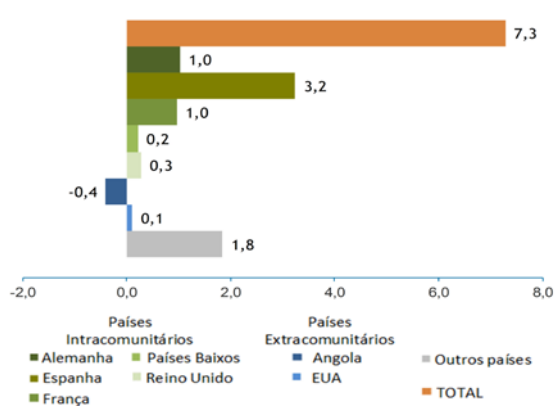
¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que representavam no seu conjunto mais de 70% e 76% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no segundo trimestre de 2018 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁸



Contributos dos países¹⁹

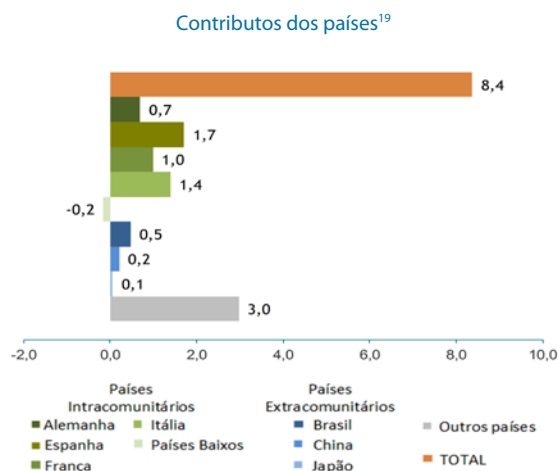
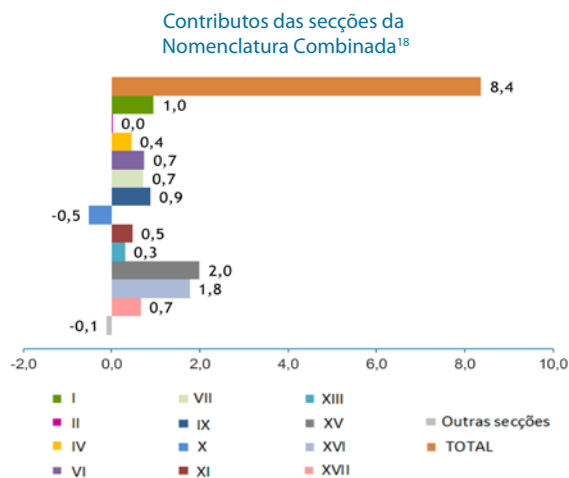


Também as entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um crescimento real de 8,4%, situando-se acima do crescimento médio nacional (6,7%) e evidenciando uma aceleração face aos trimestres anteriores. Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução regional positiva, tendo, no entanto, o crescimento das entradas provenientes dos países fora da União Europeia sido mais significativo (27,1% contra 4,6% dos países da União Europeia).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que quase todos contribuíram positivamente para a variação homóloga real das entradas de bens, com destaque para as secções XV “metais comuns e suas obras” (2,0%), XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (1,8%) e I “animais vivos e produtos do reino animal” (1,0%). Das secções analisadas apenas a secção X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” contribuiu negativamente em 0,5% para a evolução registada na região.

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que Espanha, Itália e França foram, no mercado intracomunitário, os países que mais contribuíram (4,1 p.p.) para o crescimento homólogo regional de 8,4%, por contraste com os Países Baixos que apresentaram um contributo negativo de 0,2%. Todos os países com relevo no mercado extracomunitário contribuíram positivamente para a variação regional registada no trimestre.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no segundo trimestre de 2018 (%)



TURISMO

1,7 noites

foi a estada média nos estabelecimentos hoteleiros da região e

-2,5%

foi a diminuição homóloga real dos seus proveitos totais

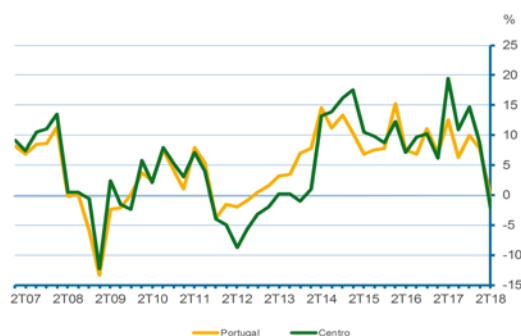
O setor do turismo evidenciou uma retração, no segundo trimestre de 2018, por comparação com igual período do ano anterior, sentida de forma mais acentuada na região do que no país. Tanto os hóspedes como as dormidas apresentaram variações homólogas negativas. Já os proveitos dos estabelecimentos hoteleiros registaram um crescimento homólogo real em Portugal, mas um decréscimo na região.

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros acolheram um menor número de hóspedes do que em igual período do ano anterior. Na região Centro, o decréscimo homólogo (-2,4%) foi mais expressivo do que o da média nacional (-0,3%) e influiu a tendência bastante positiva observada nos últimos trimestres. Também as dormidas foram sofrerem uma quebra face ao período homólogo, facto que foi mais evidente na região (-6,9%) do que em Portugal (-3,1%).

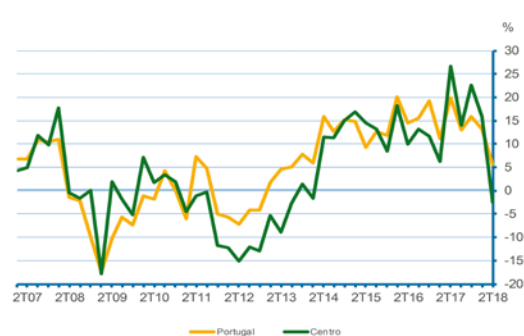
Já os proveitos dos estabelecimentos hoteleiros registaram um crescimento homólogo real no país de 5,6%, mas um decréscimo regional de 2,5%. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu expressivamente a quebra homóloga real dos proveitos de aposento que diminuíram 3,7% e que representavam, neste trimestre, cerca de 68% do total de proveitos em estabelecimentos hoteleiros.

Ainda assim, a estada média na Região Centro e no país aumentou ligeiramente face ao período homólogo, cifrando-se em 1,7 noites na região e 2,7 noites em Portugal.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo*		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016	
		média trimestral							
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	5.913	3.695	4.395	6.888	5.934	5.161	4.740	
	v. h. (%)	-0,3	7,8	9,9	6,3	12,5	8,9	9,2	
Centro	milhares	870	552	697	1.102	891	799	706	
	v. h. (%)	-2,4	8,7	14,7	10,9	19,4	13,2	9,5	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	15.936	9.463	11.223	21.008	16.454	14.374	13.390	
	v. h. (%)	-3,1	7,4	7,9	4,5	12,1	7,3	9,6	
Centro	milhares	1.444	885	1.169	2.138	1.551	1.413	1.234	
	v. h. (%)	-6,9	11,4	17,8	11,8	23,5	14,5	9,6	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,7	2,6	2,6	3,1	2,8	2,8	2,8	
Centro	n.º noites	1,7	1,6	1,7	1,9	1,7	1,8	1,7	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	999.449	510.307	661.427	1.344.469	937.079	847.675	726.870	
	v. h. real (%)	5,6	13,1	15,9	12,9	19,9	15,0	16,6	
Centro	milhares €	71.457	44.015	59.382	102.467	72.548	68.028	57.029	
	v. h. real (%)	-2,5	15,8	22,6	14,0	26,6	17,7	12,8	

* Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2018 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No segundo trimestre de 2018, o setor da construção apresentou uma evolução muito positiva, evidenciada pelos significativos crescimentos homólogos em todos os indicadores regionais de obras licenciadas e concluídas. Das variáveis relativas ao crédito à habitação, destaca-se a evolução favorável do crédito vencido.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.560 edifícios, o que se traduziu num aumento homólogo de 14,0%. Esta variação, apesar de menos expressiva que a média nacional que cresceu 16,6%, deu continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2016, que apenas havia sido interrompida no quarto trimestre de 2017. Os restantes indicadores do licenciamento também continuaram a evidenciar evoluções muito positivas. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de novos fogos para habitação familiar cresceu 46,1% e o licenciamento de construções novas na região aumentou 11,7%.

Os edifícios concluídos aumentaram 12,7%, na região, face a igual período do ano anterior, parecendo manter de forma sustentada a evolução positiva iniciada no ano de 2017 e que influiu cerca de dez anos de quebras homólogas sucessivas. Este crescimento deveu-se ao acentuado acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (22,8%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar tiveram um aumento expressivo de 17,3%, em termos homólogos, dando continuidade à tendência positiva iniciada no ano de 2016. Em termos nacionais manteve-se a evolução positiva significativa observada nos trimestres anteriores, com os edifícios concluídos a registar um crescimento homólogo de 17,9%.

46,1%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar licenciados na região e

-7,6%

foi a evolução homóloga real regional do crédito à habitação vencido

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação continuaram em queda no segundo trimestre de 2018, tendo sido observada uma variação homóloga real de -1,7% na região e de -2,2% no país. Também o crédito à habitação vencido na região continuou a diminuir (-7,6%), em termos homólogos reais, acompanhando a evolução nacional (-8,7%) e mantendo a tendência de quebras registadas desde o terceiro trimestre de 2016, apenas interrompida no quarto trimestre de 2017. Apesar desta evolução positiva, o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido continuou a apresentar, neste trimestre, valores muito próximos dos máximos registados no passado.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 4,0% em termos homólogos reais, situando-se abaixo da média nacional, que cresceu 4,8%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 961,3 euros (mais 46 euros por metro quadrado do que no mesmo trimestre do ano anterior). O valor médio da avaliação bancária subiu em todas as sub-regiões da Região Centro em termos homólogos reais, destacando-se, com as variações mais expressivas a Beira Baixa com um acréscimo de 7,2% e a Região de Leiria que cresceu 6,2%.

Ambas as tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 4,1% no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 3,6% nas moradias.

A Região de Coimbra manteve o comportamento habitual, sendo a sub-região com a avaliação mais elevada (1.038€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.113€/m²). O Oeste continuou também a apresentar a valorização mais elevada nas moradias (1.019€/m²), enquanto a menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (827€/m²). Esta sub-região era igualmente a menos valorizada nos apartamentos (829€/m²) e em termos médios globais (828€/m²).

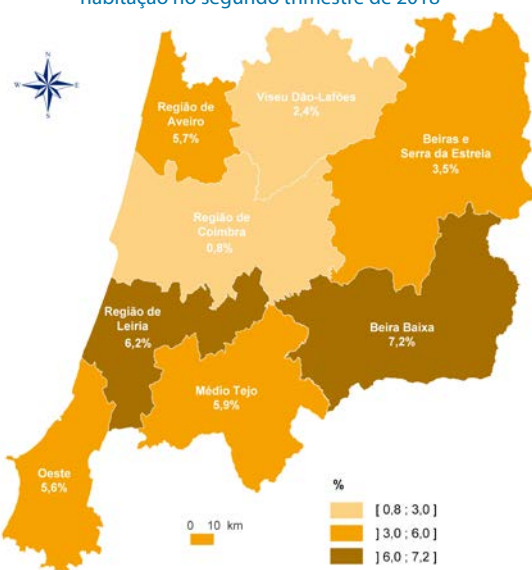
Quadro 10 – Construção e Habitação		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016
		média trimestral						
Edifícios licenciados [†]								
Portugal	número	5.515	5.341	4.334	4.516	4.729	4.651	4.181
	v. h. (%)	16,6	6,3	-1,2	7,8	9,6	11,3	11,9
Centro	número	1.560	1.433	1.188	1.335	1.369	1.331	1.233
	v. h. (%)	14,0	0,1	-11,8	12,1	8,4	7,9	6,3
Construções novas	número	1.059	991	825	917	948	909	800
	v. h. (%)	11,7	4,9	-5,5	18,2	18,8	13,6	6,1
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	46,1	11,5	-19,7	52,2	17,8	18,7	26,7
Edifícios concluídos ^{† **}								
Portugal	número	3.570	3.466	3.407	3.437	3.028	3.217	2.635
	v. h. (%)	17,9	15,7	24,3	29,1	17,0	22,1	-7,2
Centro	número	1.017	1.045	983	1.078	902	977	833
	v. h. (%)	12,7	10,6	15,1	27,4	8,7	17,3	-10,7
Construções novas	número	796	768	714	756	648	699	566
	v. h. (%)	22,8	13,6	21,8	31,7	13,7	23,4	-7,0
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	17,3	24,9	9,2	12,3	27,8	23,2	12,7
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-2,2	-2,2	-3,1	-3,6	-4,3	-3,9	-3,4
Centro	v. h. real (%)	-1,7	-1,6	-2,5	-3,1	-3,8	-3,4	-3,1
Crédito à habitação vencido ^{***}								
Portugal	v. h. real (%)	-8,7	-4,0	-1,8	-9,7	-10,2	-7,4	0,4
Centro	v. h. real (%)	-7,6	-2,2	0,7	-8,0	-8,4	-5,6	2,0
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.175,7	1.160,0	1.145,0	1.124,7	1.111,0	1.122,0	1.067,7
	v. h. real (%)	4,8	4,0	3,5	3,7	3,4	3,7	3,1
Centro	€/m ²	961,3	959,0	954,3	933,7	915,0	927,0	875,4
	v. h. real (%)	4,0	5,2	5,4	5,0	2,9	4,5	2,3

[†] O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

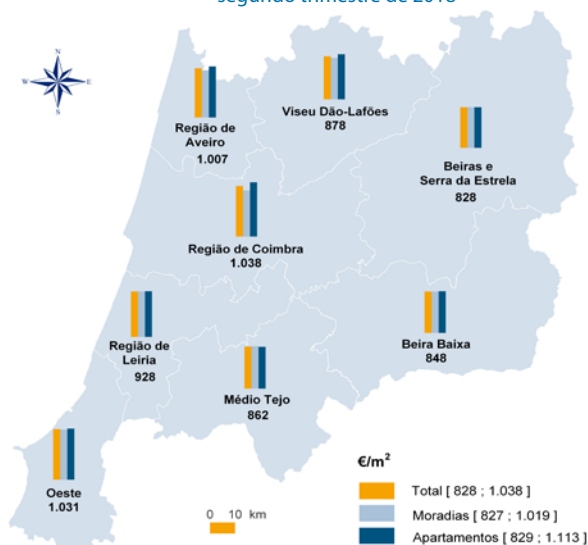
^{**} A informação para os anos de 2016, 2017 e 2018 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

^{***} Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2018



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2018



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor continuou a aumentar na região Centro e em Portugal, face ao período homólogo, denotando-se, no entanto, um abrandamento regional em relação aos dois trimestres anteriores. Quase todos os indicadores representativos do consumo privado apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram um aumento de 0,9%, face a igual período do ano anterior. Este crescimento foi inferior à média nacional (que neste trimestre também aumentou, cifrando-se nos 1,0%) e evidenciou um abrandamento face aos dois trimestres anteriores. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou este crescimento dos preços, destacando-se com os aumentos mais significativos os “transportes” (2,7%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,3%), a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (2,1%), a “educação” (1,6%) e os “restaurantes e hotéis” (1,5%). Apenas três classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-2,9%), os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,5%) e o “lazer, recreação e cultura” (-0,4%).

0,9%

foi a taxa de inflação homóloga regional e

5,7%

foi o crescimento homólogo real dos empréstimos para consumo

Quadro 11 – Preços		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	1,0	0,8	1,5	1,1	1,4	1,4	0,6
Centro	v. h. (%)	0,9	1,0	1,2	0,9	1,1	1,1	0,5
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	1,1	0,7	1,9	0,5	1,5	1,5	0,4
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,3	1,7	2,4	2,4	2,2	2,4	2,3
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,9	-2,6	-2,9	-1,9	-2,0	-1,8	1,0
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	2,1	1,5	1,3	0,7	0,0	0,7	0,2
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,5	-0,8	-0,6	-1,1	-0,8	-0,8	0,1
Saúde	v. h. (%)	1,3	1,2	1,0	0,7	0,4	0,3	-0,8
Transportes	v. h. (%)	2,7	1,5	2,8	1,9	2,6	3,2	-0,5
Comunicações	v. h. (%)	0,6	0,8	1,6	3,8	3,5	2,8	3,4
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,4	0,5	-0,2	1,9	2,2	1,2	1,2
Educação	v. h. (%)	1,6	1,6	1,6	0,9	1,0	1,1	0,6
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,5	2,9	2,9	2,1	2,7	1,9	0,8
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	0,4	1,0	0,9	1,0	0,7	0,7	0,9

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado continuou a assistir-se, no segundo trimestre de 2018, na região e no país, ao aumento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático, dos pagamentos e levantamentos em caixas multibanco e das importações de bens de consumo.

Também os empréstimos concedidos para consumo aumentaram 5,7% em termos homólogos reais, sendo, pelo segundo trimestre consecutivo o crescimento mais elevado da série e mantendo a tendência de aumento regional observada há oito trimestres sucessivos. Já o peso do crédito vencido para consumo no total de crédito concedido continuou em queda face ao período homólogo e aos períodos anteriores, fixando-se nos 7,8% na Região Centro e nos 8,6% no país, evidenciando um maior distanciamento dos máximos históricos atingidos no ano de 2014.

Neste trimestre, apenas as receitas de cinema sofreram uma contração homóloga real, intensificando o comportamento de quebra registado desde o terceiro trimestre de 2017.

Quadro 12 – Consumo Privado		2T18	1T18	4T17	3T17	2T17	2017	2016	
								média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	2,1	1,5	2,2	0,1	2,0	1,2	9,2	
Centro	v. h. real (%)	0,5	-0,3	-3,4	-5,3	1,6	-1,0	12,8	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	-25,2	-4,1	-4,6	-5,3	42,4	4,3	2,3	
Centro	v. h. real (%)	-34,2	-7,4	-6,6	-5,7	61,2	6,4	-1,1	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	4,1	4,0	2,6	3,1	2,7	2,6	-0,8	
Centro	v. h. real (%)	5,7	5,1	3,7	4,3	3,6	3,7	0,2	
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	8,6	9,2	9,4	10,5	11,2	10,8	13,4	
Centro	%	7,8	8,4	8,6	9,4	10,1	9,7	12,3	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	0,3	2,0	1,3	-1,1	1,7	0,5	1,4	
Centro	v. h. real (%)	0,5	2,7	1,9	-0,7	2,4	0,9	1,6	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	5,6	3,2	3,6	3,6	4,7	4,6	2,5	
Centro	v. h. real (%)	4,9	3,2	2,9	2,7	4,0	3,8	2,5	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	7,3	10,6	9,4	8,6	11,0	9,1	7,9	
Centro	v. h. real (%)	7,0	10,3	8,1	6,7	10,1	7,9	7,5	

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2016 são definitivos, os de 2017 provisórios e os de 2018 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

** Os dados de 2018 das receitas de cinema são provisórios.

***Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No PORTUGAL 2020, a 30 de junho de 2018, estavam aprovados 4,5 mil milhões de euros de fundos europeus, para apoiar 6,9 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 era responsável por 30,9% deste volume de apoios.

4,5 mil milhões de euros de fundos europeus
aprovados para a Região Centro até ao segundo trimestre de 2018 e

25,8%
dos fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 absorvidos pela Região Centro

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

No final do segundo trimestre de 2018, encontravam-se aprovados 4,5 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 6,9 mil milhões de euros²⁰. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,8% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020.

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

FC – Fundo de Coesão

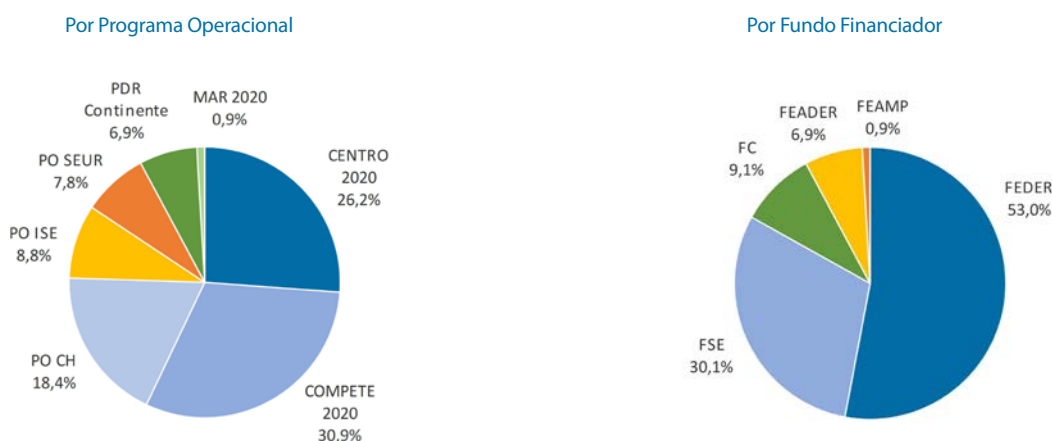
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

²⁰ No final de junho de 2018, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização), o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) foram os programas operacionais que mais fundos mobilizaram para a região (75,5% no seu conjunto). O FEDER era o fundo financiador de mais de metade dos apoios aprovados (53,0%), seguindo-se o FSE (30,1%).

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de junho de 2018)



PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

PO CH – Programa Operacional Capital Humano

PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 no Centro

Até 30 de junho de 2018, estavam aprovados 3,4 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 5,1 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações nos Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro (30 de junho de 2018)	Aprovações		Execução financeira		
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Taxa de realização de fundo*
	Milhares de euros				
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	2.572.396	1.405.831	701.266	392.099	27,9
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	986.845	838.818	538.465	457.695	54,6
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	465.138	401.591	149.117	131.105	32,6
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	429.199	355.655	78.547	68.034	19,1
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	564.481	314.473	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	99.939	41.991	x	8.475	20,2
TOTAL no Centro	5.117.998	3.358.359	x	x	x

x - valor não disponível
* - fundo executado / fundo aprovado x 100

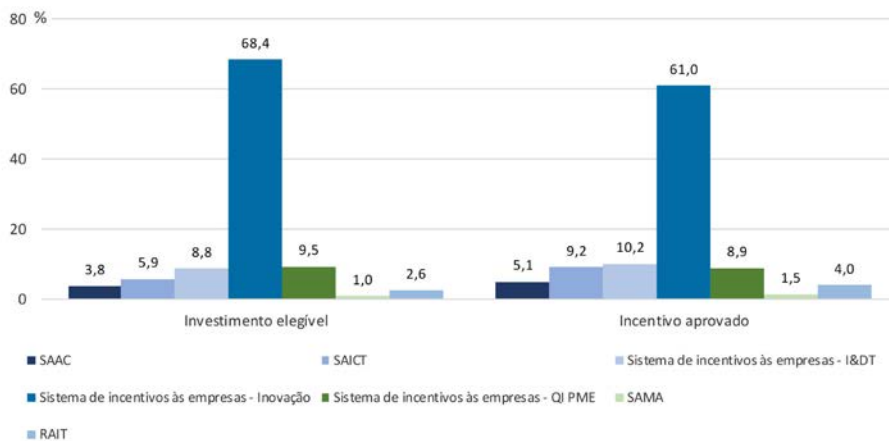
No final do segundo trimestre de 2018, estavam aprovados no **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização** (PO CI) – COMPETE 2020, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, 2,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 1,4 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 392,1 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização deste programa operacional na região de 27,9%.

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (80,2%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 857,5 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) e à investigação e desenvolvimento tecnológico. O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 9,2% do fundo europeu aprovado e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 5,1%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 4,0% do incentivo aprovado, correspondendo a 56,7 milhões de euros de Fundo de Coesão. Tratam-se de apoios à ferrovia no valor 55,6 milhões de euros (com destaque para os 45,5 milhões de euros de fundos europeus para a modernização do troço ferroviário Alfarelos-Pampilhosa (Região de Coimbra), da Linha do Norte) e de outro apoio de 1,1 milhões de euros para a implementação da operacionalidade do terminal de granéis líquidos no Porto de Aveiro.

De referir ainda o sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA), com 1,5% do fundo europeu aprovado, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas.

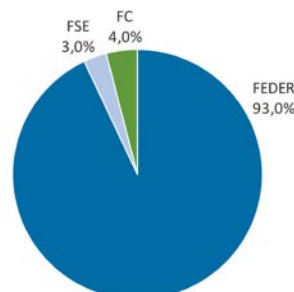
Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2018)



I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
 QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
 SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
 SAMA - Sistema de apoio à modernização administrativa
 RAIT - Regime de apoio às infraestruturas de transportes
 TIC - Tecnologias de informação e comunicação

A grande maioria das aprovações do COMPETE 2020 na região teve cofinanciamento FEDER (93,0%), existindo também operações comparticipadas pelo Fundo de Coesão (4,0%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (3,0%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME) e ao SAAC, de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao SAMA.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (30 de junho de 2018)

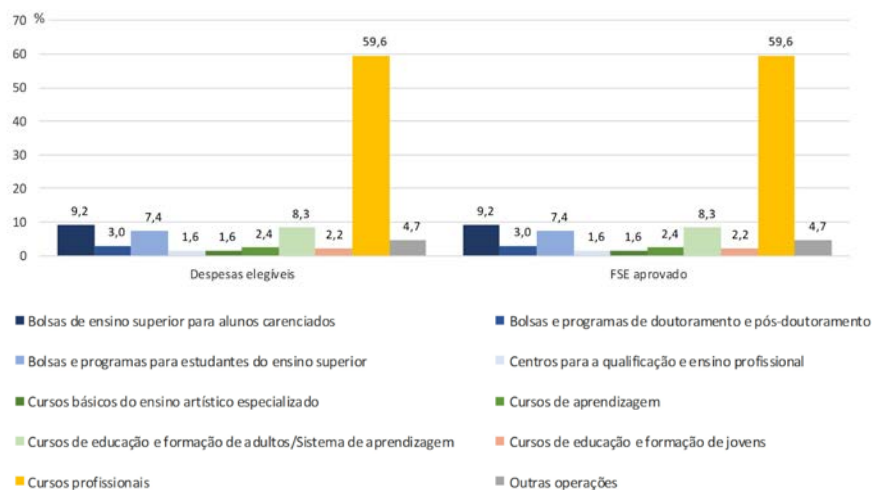


No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de junho de 2018, na Região Centro, estavam aprovados 838,8 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 986,8 milhões de euros. O fundo executado ascendia a 457,7 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 54,6%.

Do apoio aprovado, 59,6% destinava-se a cofinanciar cursos profissionais, que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho (já no QREN foram os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo europeu).

De entre as restantes ações, destacavam-se as bolsas de ensino superior para alunos carenciados (9,2%), os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (8,3%), que constituem uma oferta para os adultos que pretendam elevar as suas qualificações, as bolsas e programas para estudantes do ensino superior (7,4%) e as bolsas e programas de doutoramento e pós-doutoramento (3,0%).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2018)



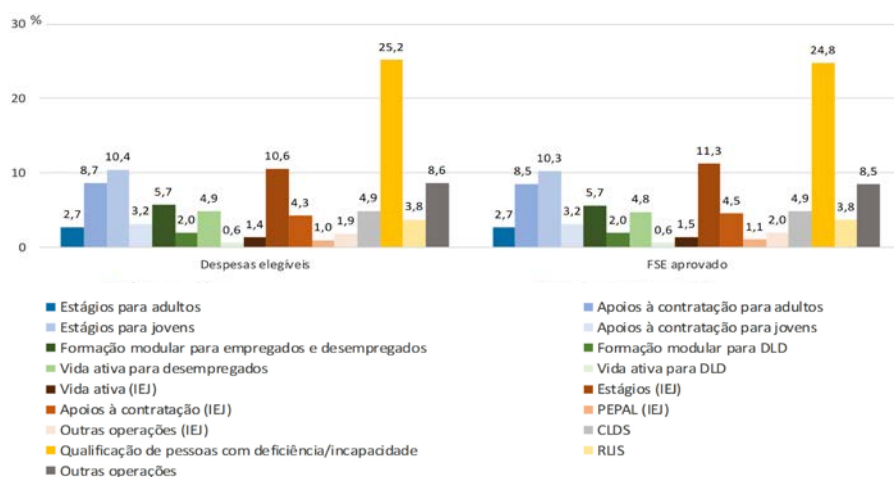
No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** (PO ISE), que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do segundo trimestre de 2018, estavam aprovados, na Região Centro, 465,1 milhões de euros de despesa elegível e 401,6 milhões de euros de FSE. A despesa elegível validada totalizava 149,1 milhões de euros e o fundo validado 131,1 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 32,6%.

A qualificação de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 24,8% do FSE aprovado (99,5 milhões de euros), tratando-se de ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

Outra parte relevante do fundo aprovado (20,4%, correspondendo a 81,8 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo a estágios em empresas e na administração local, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

O cofinanciamento de ações de integração no mercado de trabalho assumia, no seu conjunto, um valor ainda mais expressivo (24,7% do FSE aprovado), tratando-se de estágios para jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (10,3%), apoios à contratação de adultos (8,5%), apoios à contratação de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (3,2%) e de estágios para adultos (2,7%).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2018)

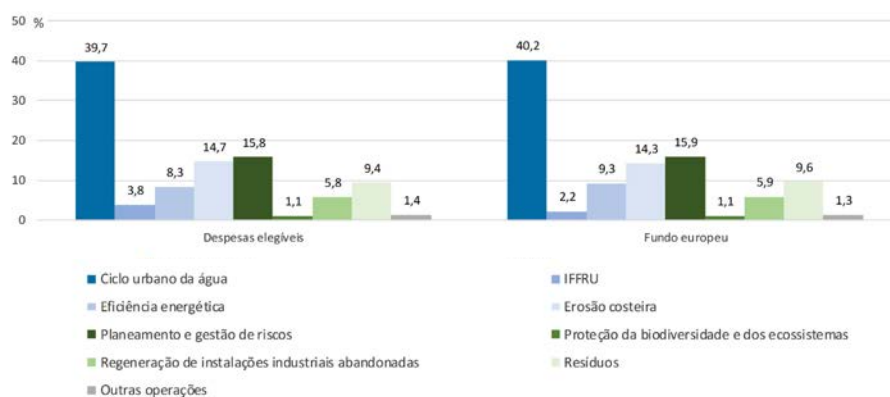


CLDS - Contratos locais de desenvolvimento social
 DLD - Desempregados de longa duração
 FSE - Fundo Social Europeu
 IEJ - Iniciativa Emprego Jovem
 PEPAL - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local
 RLIS - Rede local de intervenção social

No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos** (PO SEUR), que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de junho de 2018, estavam aprovados, na Região Centro, 429,2 milhões de euros de despesa elegível e 355,7 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 19,1%, com o fundo validado a ascender a 68,0 milhões de euros.

Cerca de 40% do fundo europeu aprovado (143,0 milhões de euros) respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2018)



As intervenções relacionadas com planeamento e gestão de riscos totalizavam 56,6 milhões de euros, representando 15,9% do incentivo aprovado. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (11,9 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,8 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros). De referir ainda nesta tipologia, pela importância desta questão na Região Centro, as operações na rede de defesa da floresta contra incêndios em áreas sob gestão do ICNF, IP (2,8 milhões de euros de fundo aprovado) e vários investimentos mais pequenos na prevenção de incêndios, designadamente a construção ou ampliação/remodelação de quartéis de bombeiros, a aquisição de veículos operacionais de proteção e socorro, a instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios, entre outros. No total, o fundo aprovado para este tipo de operações relacionadas com incêndios florestais perfazia 22,5 milhões de euros.

Os projetos de prevenção da erosão costeira absorviam 14,3% do fundo aprovado, destacando-se as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (14,2 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,3 milhões de euros).

As ações de eficiência energética representavam 9,3% do fundo aprovado, abrangendo habitações, transportes e sobretudo infraestruturas públicas (8,0%), destacando-se pela relevância dos valores a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Tomar, da Guarda e de Castelo Branco, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, entre outros.

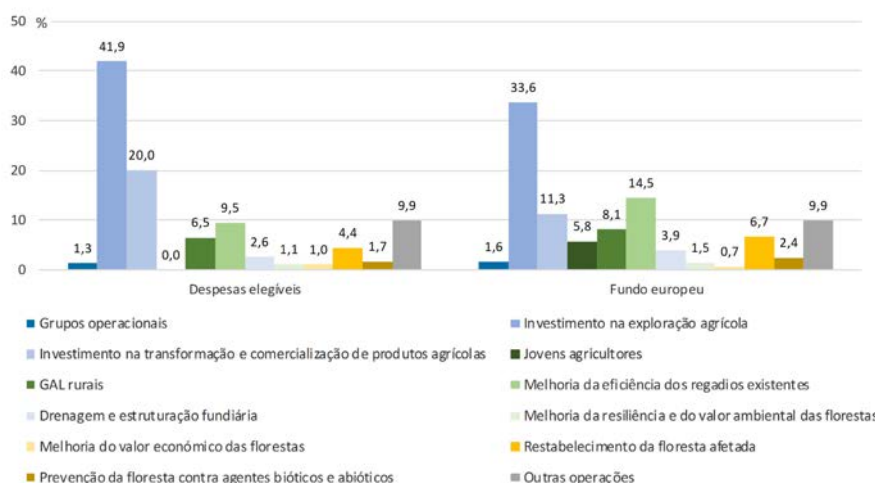
De destacar ainda os 9,6% de fundo europeu aprovado para valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 16,0 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais.

No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de junho de 2018, na Região Centro, estavam aprovados 564,5 milhões de euros de despesa elegível e 314,5 milhões de euros de FEADER.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 105,8 milhões de euros de FEADER (33,6% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 45,5 milhões de euros de fundo europeu (14,5% do fundo aprovado), destacando-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado) e o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis, designadamente no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros de apoio aprovado).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2018)

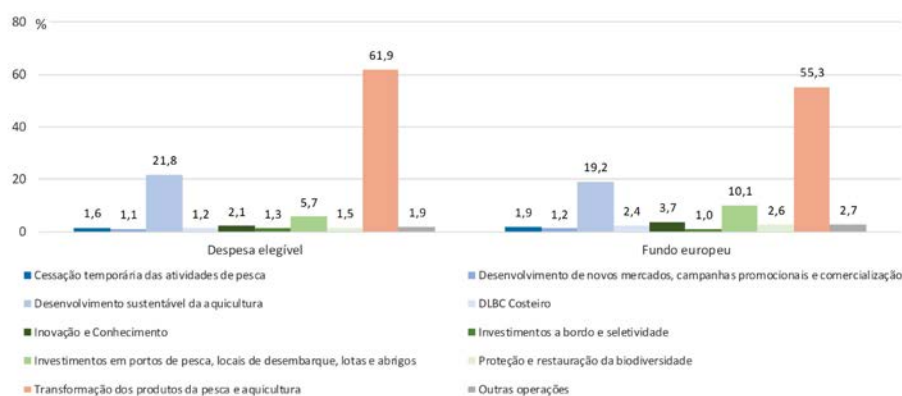


De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (11,3% do fundo aprovado), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e a área do desenvolvimento local, responsável por 8,1% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 25,5 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área do desenvolvimento local, 18,0 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 7,5 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração” e “renovação de aldeias”.

Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de junho de 2018, na Região Centro, tinham sido aprovados 99,9 milhões de euros de despesa elegível e 42,0 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 20,2%, ascendendo o fundo validado a 8,5 milhões de euros.

Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 55,3% do fundo aprovado, correspondendo a 23,2 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma participação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2018)



Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 19,2% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, e o projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquacultura sustentável com um fundo aprovado de 1,0 milhões de euros.

Destacavam-se também os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos com 10,1% do FEAMP aprovado (onde se evidencia o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros) e os projetos de inovação e conhecimento, com 3,7% do fundo aprovado.

De referir ainda o fundo europeu aprovado, no valor de um milhão de euros (2,4%), para a qualificação das parcerias de desenvolvimento local costeiro. No caso da Região Centro estas parcerias encontram-se organizadas em cinco grupos de ação local costeiros no setor das pescas (GAL-Pesca): GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura.

Centro 2020

Até 30 de junho de 2018, 83,6% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 250 avisos abertos, tendo sido apresentadas 14.121 candidaturas²¹, com intenções de investimento na região de 4,5 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2.155 milhões de euros de fundos europeus.

No final do segundo trimestre de 2018 tinham sido aprovadas 4.142 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento total na região de 2,2 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,2 mil milhões de euros de fundos europeus. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 520 mil euros e um apoio europeu de 287 mil euros.

²¹ A diminuição do número de candidaturas apresentadas entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2018 deveu-se à transferência de candidaturas do CENTRO 2020 para outros Programas Operacionais, situação que ocorreu sobretudo no sistema de incentivos às empresas.

Quadro 14 - Monitorização do Centro 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		junho 2018	março 2018	dezembro 2017	setembro 2017	junho 2017
Concursos						
Total	número	250	246	234	220	213
Fundo comunitário	milhões €	1.801,3	1.762,7	1.508,8	1.430,0	1.379,3
	% da dotação de fundo	83,6	81,8	70,0	66,4	64,0
Em aberto	número	21	116	104	83	90
Fundo comunitário	milhões €	367,3	804,5	550,7	133,0	145,2
Encerrados	número	229	130	130	137	123
Fundo comunitário	milhões €	1434,0	958,1	958,1	1.297,0	1234,1
Candidaturas apresentadas						
Total	número	14.121	12.420	12.532	10.644	8.114
Investimento total previsto	milhões €	4.530,2	4.123,7	4.097,5	3.811,1	3.347,5
Operações aprovadas						
Total	número	4.142	3.865	3.470	3.353	3.076
Investimento total	milhões €	2.152,7	2.036,2	1.895,9	1.744,2	1.447,3
Investimento elegível	milhões €	1.807,5	1.707,3	1.587,6	1.455,7	1.241,6
Fundo comunitário	milhões €	1.190,0	1.115,7	1041,5	955,0	801,6

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 68,0% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 3.396 operações aprovadas (82,0% do total), 1.587,7 milhões de euros de intenções de investimento e 808,6 milhões de euros de incentivos.

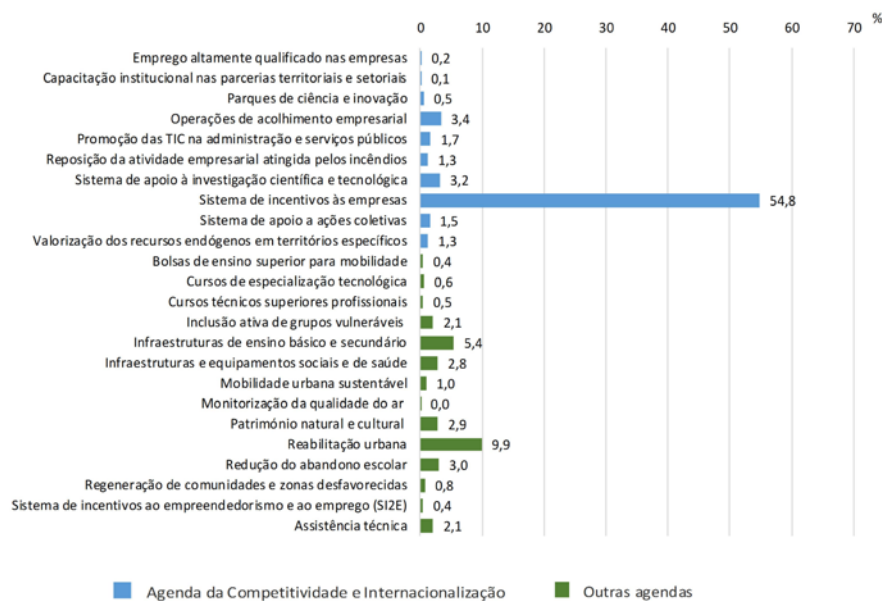
A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 3.061 operações aprovadas e 652,1 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 54,8% do fundo europeu total aprovado.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se os projetos relativos às áreas de acolhimento empresarial, com 3,4% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,2% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

De referir ainda neste domínio, pelo seu caráter circunstancial, os apoios específicos para os territórios da Região Centro afetados pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017 (designadamente Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã) para restabelecimento da capacidade produtiva das empresas afetadas (1,3% do fundo europeu aprovado, traduzidos em 15,2 milhões de euros).

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2018)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização, destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (9,9% dos fundos aprovados), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,4%), à redução do abandono escolar (3,0%), ao património natural e cultural (2,9%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (2,8%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (2,1%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção.

Dos 117,9 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 15,6 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) e 13,1 milhões de euros constituíam apoios para recuperação das infraestruturas básicas municipais afetadas pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017.

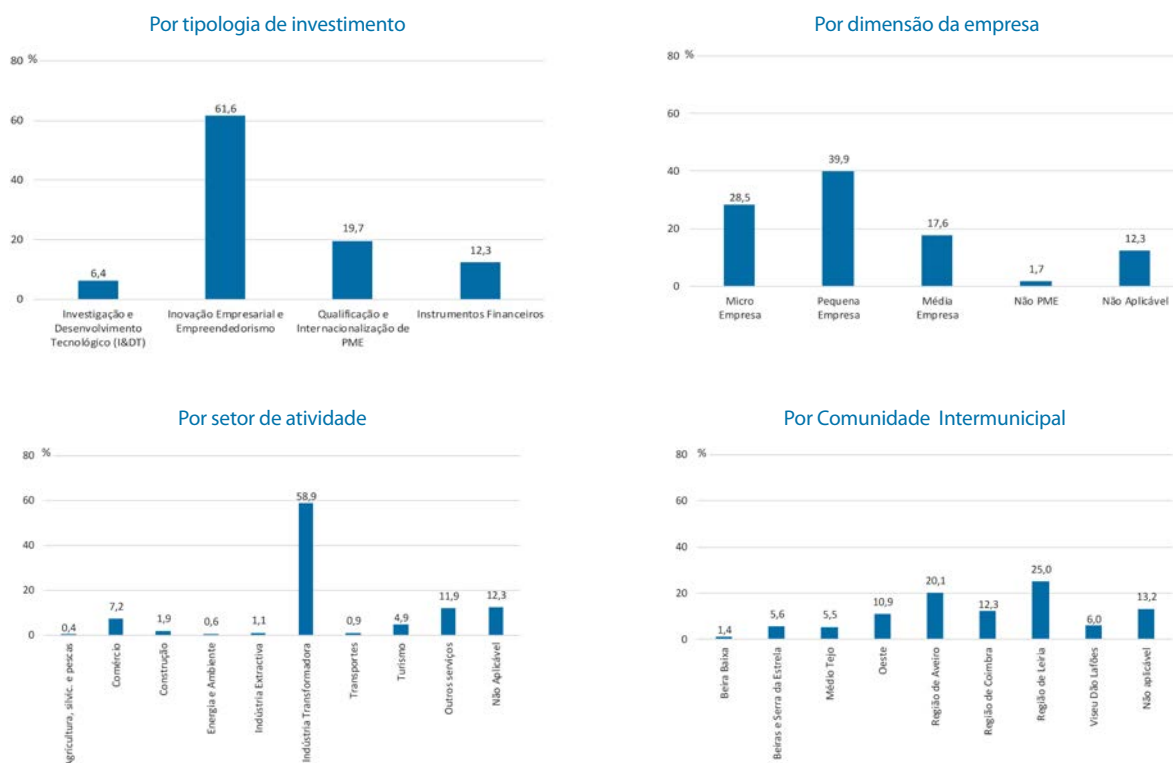
No âmbito do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no final de junho de 2018, estavam aprovados 5,3 milhões de euros de fundos europeus (0,4%), correspondendo às primeiras 176 operações aprovadas neste instrumento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, uma dotação de fundos europeus de 81,3 milhões de euros.

Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 61,6% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo, enquanto apenas 6,4% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Oitenta milhões de euros (12,3% do fundo aprovado no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas) estavam afetos a instrumentos financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (39,9%) e micro empresas (28,5%) e à indústria transformadora (58,9%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

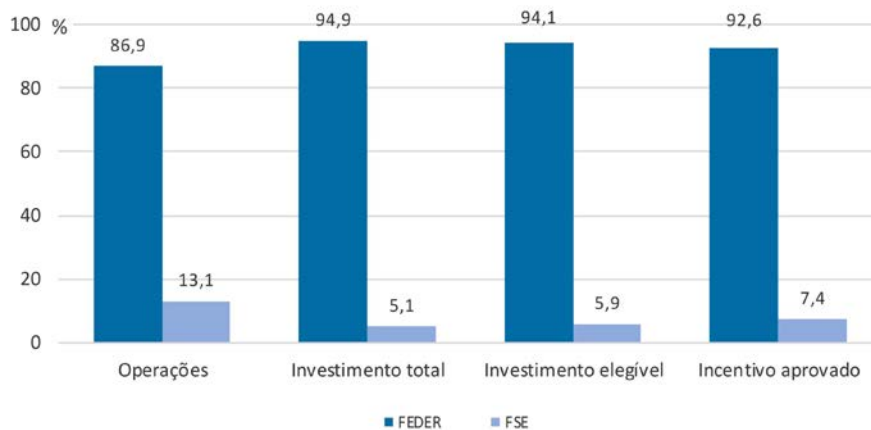
CIM - Comunidade Intermunicipal
PME - Pequenas e médias empresas

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de junho de 2018)



A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (92,6% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 81% de FEDER e 19% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). No final de junho de 2018, estavam aprovadas 3.600 operações envolvendo uma comparticipação de FEDER de 1,1 mil milhões de euros (62,9% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovadas 542 operações, envolvendo 87,7 milhões de euros de fundo europeu (21,7% da dotação programada).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de junho de 2018)



As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundo aprovado) e também a medidas que visam a redução do abandono escolar (36,3 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária²², a cursos de especialização tecnológica (7,4 milhões de euros), cursos técnicos superiores profissionais (5,5 milhões de euros), bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (4,0 milhões de euros), incentivos à contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,4 milhões de euros), ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (1,2 milhões de euros) e aos incentivos atribuídos no âmbito do SI2E (0,7 milhões de euros).

²² O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

No final do segundo trimestre de 2018, o programa tinha 55,2% da sua dotação comprometida e estavam validados 334,8 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 15,5%. Face aos trimestres anteriores, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução aumentou, situando-se nos 39,7 p.p. A taxa de realização do CENTRO 2020 situava-se nos 28,1%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 364,7 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (108,9%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 30,6%. Note-se, no entanto, que, face aos trimestres de 2017, a taxa de reembolso diminuiu, começando a refletir a conversão dos adiantamentos (que permitem aos beneficiários disporem de liquidez para a realização de despesa) em despesa efetiva e validada (face ao trimestre anterior aumentou ligeiramente).

Quadro 15 - Monitorização do Centro 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		junho 2018	março 2018	dezembro 2017	setembro 2017	junho 2017
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	481.041	424.084	368.977	268.633	216.606
Fundos comunitários	milhares €	334.838	296.747	258.895	182.943	148.163
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	364.690	318.066	282.715	224.676	185.078
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	55,2	51,8	48,3	44,3	37,2
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	15,5	13,8	12,0	8,5	6,9
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	28,1	26,6	24,9	19,2	18,5
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	30,6	28,5	27,1	23,5	23,1
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	108,9	107,2	109,2	122,8	124,9

FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
 - Inquérito ao Emprego
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
 - Inquéritos Qualitativos de Conjuntura
- Banco de Portugal
 - Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Iberinform, Crédito y Caución
 - Empresas constituídas
 - Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
 - Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II
- Secções selecionadas:
 - I – Animais vivos e produtos do reino animal
 - II – Produtos do reino vegetal
 - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
 - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
 - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
 - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
 - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
 - XI – Matérias têxteis e suas obras
 - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
 - XV – Metais comuns e suas obras
 - XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
 - XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
 - Estatísticas das Obras Concluídas
 - Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para habitação
 - Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
 - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
 - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
 - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
 - Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
 - Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 9, n.º 10, n.º 11, n.º 12 e n.º 13
 - Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020
- Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2018 foi recolhida até ao dia 13 de setembro de 2018.

